

SIMULADO AMOSTRA

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ

Oficial PM



PROVA OBJETIVA

Língua Portuguesa

Texto I (Questões 01 a 04)

O local da entrevista deve propiciar ao repórter e ao entrevistado a tranquilidade necessária para a realização do trabalho. Evite locais ruidosos e desarrumados e deixe instruções para não ser interrompido. A interrupção atrasa o trabalho do repórter e demonstra pouco respeito com o profissional. Outra desvantagem das interrupções é a fragmentação das explicações, o que propicia erros na compreensão do tema em pauta.

Em entrevistas coletivas ou individuais, é recomendável preparar material informativo com resumo do tema, dados e ilustrações. Isso permite que o repórter tenha informações básicas sobre o assunto e aproveite seu tempo abordando novas questões. A organização de dados também contribui para otimizar entrevistas sobre temas especializados. Nesse caso, recomenda-se que estes sejam tratados de forma sucinta e didática.

Apesar de a regra geral no jornalismo ser a de seguir as normas gramaticais da modalidade padrão da língua portuguesa, existe uma linguagem própria da redação jornalística, estabelecida nos chamados manuais de redação adotados por grandes e importantes jornais, como forma de aproximar a linguagem do texto à de quem o lê. Por isso, não se escreve em textos jornalísticos a palavra “Doutor” para denominar os profissionais do direito. Os nomes de cargos públicos são escritos com letra inicial minúscula. Isso não deve ser visto como ofensa ou desrespeito. Nos jornais, isso quer dizer ao leitor que a ação do agente público é mais importante do que o cargo que ocupa.

MPRO. Manual de relacionamento com a mídia – Adaptado

01. O texto I caracteriza-se predominantemente como

- A argumentativo e descritivo.
- B argumentativo e narrativo.
- C descritivo e expositivo.
- D instrucional e narrativo.
- E expositivo e instrucional.

02. De acordo com o texto I, é correto afirmar que

- A os manuais de redação têm a finalidade de flexibilizar as normas gramaticais da língua portuguesa, criando uma linguagem própria a cada redação jornalística particular.
- B a apresentação de material informativo detalhado, em entrevistas coletivas ou individuais, ajuda o repórter a obter informações inéditas ou altamente técnicas.
- C o emprego de letra inicial minúscula, nos textos jornalísticos, para designar os nomes de cargos públicos transmite a ideia de que a ação do agente público é mais importante que o seu cargo.
- D as interrupções em uma entrevista contribuem para erros de compreensão dos assuntos em pauta, erros

que, por sua vez, causam fragmentação na apresentação desses assuntos.

E a preparação para a entrevista, a organização das informações e o cuidado com a linguagem garantem que o assunto da entrevista seja entendido tanto pelo jornalista quanto pelos leitores ou telespectadores.

03. Assinale a opção em que a proposta de reescrita do último período do segundo parágrafo do texto I é gramaticalmente correta e preserva o sentido do texto original.

- A Dessa forma, recomendam-se dados tratados de forma sucinta e didática.
- B Ademais, recomendam um tratamento de temas de modo sucinto e didático.
- C Nesse caso, é recomendado uma temática cujo tratamento seja sucinto e didático.
- D Nessa situação, é recomendável que a temática seja tratada de forma sucinta e didática.
- E Assim, recomenda-se temas de tratamento sucinto e didático.

04. Estariam mantidas a correção gramatical do texto I e a coerência de suas ideias caso se substituísse

- A “não deve ser visto” (penúltimo período do terceiro parágrafo) por não deve ver-se.
- B “abordando” (segundo período do segundo parágrafo) por com a abordagem de.
- C “o que propicia” (último período do primeiro parágrafo) por propiciada por.
- D “Apesar de” (primeiro período do terceiro parágrafo) por A despeito de.
- E “à de quem o lê” (final do primeiro período do terceiro parágrafo) por à qual ele lê.

Texto II (Questões 05 a 07)

O emprego mais comum e cotidiano do termo gramática diz respeito a um tipo de livro, em geral, volumoso, que consultamos quando temos dúvidas na redação de um trabalho. Na biblioteca escolar, as gramáticas costumam ficar no acervo de referência, i.e., fazem parte do conjunto de obras de consulta a que nós, leitores/alunos, temos acesso, localizadas perto das mesas de trabalho.

O objetivo dessas obras não se restringiu à ajuda apenas na redação de textos mais cuidados. É o que se depreende da divisa “ensinar a falar e a escrever corretamente”. Em qualquer situação, na fala

ou na escrita, aquelas formas recomendadas na gramática deveriam ser as formas utilizadas.

Ao começarmos o curso de Letras, o termo gramática se torna bem mais frequente – mas aquele significado do tempo da escola não parece fazer sentido nos artigos científicos que temos de ler, nem no que ouvimos nas aulas de Linguística. É porque, na maioria das vezes, o significado é outro mesmo. Isso acontece com parte da terminologia empregada nos estudos linguísticos: parte dela tem origem no mundo antigo, e seu significado foi mudando ao longo dos séculos. Gramática está nesse grupo.

Maria Carlota Rosa – Adaptado

05. No texto II atua, ao mesmo tempo, na coesão referencial e na coesão sequencial

A o pronome “seu”, no terceiro período do terceiro parágrafo.

B o vocábulo “quando”, no primeiro período do primeiro parágrafo.

C o sujeito oculto da forma verbal “fazem”, no segundo período do primeiro parágrafo.

D a expressão essas obras no termo “dessas obras”, no primeiro período do segundo parágrafo.

E o vocábulo “que”, no primeiro período do terceiro parágrafo.

06. O vocábulo “se”, na primeira oração do segundo parágrafo do texto II, é classificado como

A objeto direto.

B partícula expletiva.

C parte integrante do verbo.

D pronome apassivador.

E pronome indeterminador.

07. Predomina no texto II

A o sentido conotativo das palavras.

B o emprego estilístico da gradação.

C a função referencial da linguagem.

D o registro informal de linguagem.

E a tipologia textual narrativa.

Texto III (Questões 08 a 12)

Uma das coisas mais difíceis, tanto para uma pessoa quanto para um país, é manter sempre presentes diante dos olhos os três elementos do tempo: passado, presente e futuro. Ter em mente esses três elementos é atribuir uma grande importância à espera, à esperança, ao futuro; é saber que nossos atos de ontem podem ter consequências em dez anos

e que, por isso, pode ser necessário justificá-los; daí a necessidade da memória, para realizar essa união de passado, presente e futuro.

Contudo, a memória não deve ser predominante na pessoa. A memória é, com frequência, a mãe da tradição. Ora, se é bom ter uma tradição, também é bom superar essa tradição para inventar um novo modo de vida. Quem considera que o presente não tem valor e que somente o passado deve nos interessar é, em certo sentido, uma pessoa a quem faltam duas dimensões e com a qual não se pode contar. Quem acha que é preciso viver o agora com todo o ímpeto e que não devemos nos preocupar com o amanhã nem com o ontem pode ser perigoso, pois crê que cada minuto é separado dos minutos vindouros ou dos que o precederam e que não existe nada além dele mesmo no planeta. Quem se desvia do passado e do presente, quem sonha com um futuro longínquo, desejável e desejado, também se vê privado do terreno contrário cotidiano sobre o qual é preciso agir para realizar o futuro desejado. Como se pode ver, uma pessoa deve sempre ter em conta o presente, o passado e o futuro.

Frantz Fanon. Alienação e liberdade – Adaptado

08. Assinale a opção em que a palavra destacada do segundo parágrafo do texto III está empregada como advérbio que expressa circunstância de tempo.

A “presente” (quarto período).

B “Ora” (terceiro período).

C “agora” (quinto período).

D “sempre” (último período).

E “amanhã” (quinto período).

09. De acordo com os sentidos do texto III, pessoas que

A desvalorizam o passado são incultas.

B valorizam apenas o passado são inconsequentes.

C valorizam apenas o futuro são inovadoras.

D desvalorizam o presente são desprezíveis.

E valorizam apenas o presente são egoístas.

10. No texto III, existe relação de concordância do termo

A “presentes” com “coisas mais difíceis”, no primeiro período do primeiro parágrafo.

B “necessário” com “isso”, no segundo período do primeiro parágrafo.

C “predominante” com “memória”, no primeiro período do segundo parágrafo.

D “perigoso” com “ontem”, no quinto período do segundo parágrafo.

E “preciso” com “o qual”, no sexto período do segundo parágrafo.

11. Assinale a opção em que a proposta de reescrita do último período do texto III é gramaticalmente correta e coerente.

A A despeito disso, uma pessoa deve sempre tomar consciência do presente, do passado e do futuro.

B Pode-se concluir, portanto, que uma pessoa deve sempre atentar para o presente, o passado e o futuro.

C Por essa razão que uma pessoa deva sempre ponderar o presente, o passado e o futuro.

D Contudo isso, percebe-se que uma pessoa deve sempre preocupar-se com o presente, o passado e o futuro.

E Conforme se requer, toda pessoa têm de refletir sobre o presente, o passado e o futuro.

12. No segundo parágrafo do texto III, o quarto, o quinto e o sexto períodos descrevem

A três tipos distintos de personalidade, respectivamente.

B a pessoa que leva em conta, simultaneamente, os três elementos do tempo.

C as características indispensáveis a quem deseje inventar um novo modo de vida.

D os atributos essenciais de quem preserva a memória e a tradição.

E uma mesma pessoa, cujo anonimato é marcado pelo emprego do pronome “Quem”.

Informática

13. Na Internet, cookies são informações

A armazenadas em um servidor web por um sítio que o usuário visita.

B armazenadas no computador do usuário por um sítio que ele visita.

C sobre o tamanho do disco rígido do computador do usuário.

D acerca do tipo e da velocidade do processador do computador do usuário.

E armazenadas secretamente no computador do usuário e depois movidas para outro computador.

14. O LibreOffice incorpora várias aplicações que as torna a mais poderosa suíte de produtividade de escritório livre e aberta do mercado. Marque a

alternativa CORRETA que corresponde ao seu editor de textos.

A Impress.

B Wordpad.

C Writer.

D Word.

E Draw.

15. Elas consistem de várias folhas individuais, cada uma delas contendo células em linhas e colunas. Uma célula particular é identificada pelo número da sua linha e a letra da sua coluna. Marque a alternativa CORRETA que corresponde ao elemento do Calc do LibreOffice.

A Janela.

B Pasta de Trabalho.

C Planilha.

D Tabela.

E Tabela Dinâmica.

16. No Outlook, é possível enviar cópias de uma mensagem de email para outros endereços, sem que o destinatário inicial saiba quem recebeu as cópias da mesma mensagem. Para executar essa ação, o usuário deve selecionar, no campo de destinatário, a opção

A Contatos.

B Para.

C Cc.

D Cco.

E Agendar enviar e-mail.

17. Segundo a empresa MacAfee, malware é um termo genérico para qualquer tipo de software malicioso projetado para prejudicar ou explorar qualquer dispositivo, serviço ou rede programável. Assinale a alternativa que representa o conceito abaixo: “Consegue se disfarçar no computador, passando-se por um programa legítimo. Assim, pode fazer acesso remoto; registro de informações digitadas e roubo de senhas; roubo de informações do sistema; abertura de brechas no sistema operacional, facilitando a entrada de outras ameaças, entre outros.”

A Cavalo de troia.

B Worm.

C Spyware.

D Adware.

E Keylogger.

18. Quanto aos conceitos de Internet e Intranet, assinale a opção correta.

- A O domínio “.gov.br”, os sistemas firewall e os serviços de criptografia são recursos especiais que agregam segurança no acesso à Internet.
- B Um trojan (cavalo de Troia) é um programa auto-replicante, semelhante a um vírus. Enquanto um vírus infecta um programa e necessita desse programa hospedeiro para se propagar, o trojan é um programa completo e não precisa de outro para se propagar.
- C O conceito de VPN (Virtual Private Network) surgiu da necessidade de se utilizar redes de comunicação não confiáveis para trafegar informações de forma segura.
- D Os arquivos denominados cookies são vírus de computador, com intenção maliciosa, que se instalam no computador sem a autorização do usuário, e enviam, de forma automática e imperceptível, informações do computador invadido.
- E A Intranet é uma rede privada e segura que não requer o uso de senhas para acesso de usuários para, por exemplo, compartilhamento de arquivos entre os departamentos de uma empresa.

19. Qual das seguintes opções do sistema do Windows 10 ajuda a corrigir problemas retornando o computador a um estado anterior, sem afetar arquivos pessoais, e está disponível no item Recuperação do Painel De Controle ou em proteção do sistema nas propriedades do sistema?

- A Limpeza de disco.
- B Desfragmentador de discos.
- C Restauração do sistema.
- D Segurança do Windows.
- E Janela de configurações.

20. Dois analistas, que compartilham a mesma estação de trabalho ao longo do dia — um no turno matutino e outro no turno vespertino —, utilizam a versão mais recente do Google Chrome e desejam que esse navegador memorize os dados de formulários dos sistemas web do órgão em que atuam, sem que as senhas desses formulários sejam memorizadas. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A É possível configurar o browser para memorizar dados dos formulários, entretanto isso implica necessariamente o armazenamento das respectivas senhas, ainda que de modo independente para cada analista.
- B Não é possível memorizar nomes de usuários e senhas para cada analista individualmente, visto que o

navegador em questão armazena os dados de formulários no mesmo local, independentemente do perfil do usuário na estação de trabalho.

C Cada analista deve, ao fim de seu turno, limpar os dados de navegação e de privacidade para evitar sobreposição e compartilhamento de dados dos formulários no navegador, pois independentemente da configuração os dados do browser são únicos para todos os usuários que acessem a estação.

D Não é possível realizar quaisquer configurações adicionais no navegador, uma vez que este, necessariamente, armazena dados e senhas de formulários.

E É possível configurar o browser para memorizar dados dos formulários e não armazenar senhas de modo independente para cada analista.

Direito Civil

21. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), decisão acerca da validade de determinado contrato administrativo deve ser tomada considerando-se

- A as circunstâncias práticas que condicionaram a ação do agente público.
- B a forma como os demais contratos eram celebrados no âmbito do órgão.
- C a possibilidade de ser utilizada a interpretação extensiva, desde que mantido íntegro o objeto.
- D a possibilidade de haver alteração contratual que não desvirtue o objeto.
- E a analogia com as normas de direito civil, se o vício resultar de lacuna na lei aplicável.

22. À luz do disposto no Código Civil, assinale a opção correta acerca de domicílio.

- A A prova da intenção de mudança de domicílio limita-se à declaração dessa intenção às municipalidades dos lugares onde a pessoa deixará de residir e para onde pretende ir morar.
- B O exercício da profissão em diversos lugares não autoriza a constituição de diferentes domicílios para as relações que ocorrerem em cada local.
- C O domicílio da pessoa natural que não tiver residência habitual será o Distrito Federal.
- D Se a pessoa jurídica tiver diversos estabelecimentos em lugares distintos, cada um deles será considerado domicílio para os atos neles praticados.
- E O instituto do domicílio necessário abarca apenas o incapaz, o militar e o marítimo.

23. Com relação a negócios jurídicos, seus defeitos e validades, assinale a opção correta.

- A O termo inicial e a condição suspensiva suspendem o exercício e a aquisição do direito.
- B O erro de manifestação da vontade na indicação da pessoa ou da coisa enseja a anulação do negócio jurídico, mesmo que pelo seu contexto ou por suas circunstâncias tanto a pessoa como a coisa possam ser identificadas.
- C Será válido o negócio jurídico sob condição suspensiva se antes do implemento dessa condição a prestação, inicialmente impossível, tornar-se possível.
- D Considera-se absolutamente nulo o negócio jurídico praticado por pessoa com capacidade relativa ou mesmo aquele contaminado por vício de consentimento, como o erro, o dolo e a coação.
- E Denomina-se condição a cláusula que subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e certo.

24. Em relação aos direitos de personalidade, assinale a opção correta.

- A A menoridade civil termina aos 21 anos de idade, ocasião em que o indivíduo estará habilitado a praticar atos de comércio e a constituir pessoa jurídica.
- B A comoriência é circunstância vedada no direito brasileiro.
- C O nascituro não tem o direito à herança preservado, recebendo-a na forma em que ela se encontrar na data de seu nascimento.
- D A emancipação de menor por outorga dos pais deve ser registrada em registro público, o que dá a presunção de publicidade ao ato.
- E Uma pessoa, durante sua vida, não pode autorizar que, depois de morto, seu corpo seja disponibilizado para pesquisas científicas. Somente parente consanguíneo até o segundo grau pode, após a morte, proceder a tal autorização.

Direito Administrativo

25. O princípio da juridicidade

- A não foi adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro.
- B está contido no princípio da legalidade.
- C surgiu da constitucionalização do direito administrativo.
- D é uma construção do ordenamento jurídico brasileiro.
- E é conhecido também como princípio da eticidade administrativa.

26. Assinale a opção correta acerca das entidades da administração direta e indireta

- A Embora sejam dotadas de personalidade jurídica própria, as autarquias não se caracterizam no mundo jurídico como sujeitos de direitos e encargos.
- B Para a execução de atividades econômicas, só será permitida a criação de empresa estatal caso seja indispensável à garantia da segurança nacional ou de relevante interesse coletivo.
- C As autarquias federais, assim como as fundações públicas, compõem a estrutura da administração pública direta da União.
- D As empresas públicas e as sociedades de economia mista sujeitam-se à falência.
- E As autarquias, pessoas jurídicas de direito público, desempenham, de forma descentralizada, atividades típicas de Estado, não possuindo, portanto, autonomia administrativa.

27. Assinale a opção que apresenta o elemento do ato administrativo que diz respeito ao efeito jurídico e material imediato produzido pelo ato.

- A objeto
- B competência
- C forma
- D finalidade
- E motivo

28. Sobre a Lei Estadual nº 8.972/2020, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado do Pará, assinale a alternativa correta.

- A O administrado, perante a Administração, tem o direito de ser atendido em, no máximo, vinte minutos.
- B É vedado ao servidor ou à autoridade declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo.
- C Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de quinze dias úteis, salvo se outro prazo for legalmente fixado.
- D Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias úteis, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.
- E A decisão fora do prazo legal implica a nulidade do processo.

Direito Constitucional

29. O habeas corpus é cabível

A para discutir excessivo valor exigido a título de alimentos em decisão que tenha decretado a prisão civil do devedor.

B em favor de pessoa jurídica, pois tem como objetivo fazer cessar todo e qualquer constrangimento ilegal.

C contra a aplicação de pena de multa em sentença penal condenatória, pois a pena pecuniária pode ser convertida em prisão.

D para afastar pena acessória de perda de cargo público imposta em sentença penal condenatória.

E em casos de flagrante ilegalidade da prisão civil por dívida de alimentos.

30. Nos termos da Constituição Federal de 1988 (CF), incumbe(m) à Polícia Civil

A a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

B as funções de polícia judiciária e apuração de infrações penais.

C a segurança dos estabelecimentos penais.

D apurar infrações penais em detrimento de bens, serviços e interesses da União.

E prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

31. São privativos de brasileiro nato os cargos de

A deputado federal.

B governador de estado.

C presidente do Superior Tribunal Militar.

D oficial das Forças Armadas.

E ministro do Superior Tribunal de Justiça.

32. No tocante à organização do Estado brasileiro, assinale a opção correta.

A Os territórios federais não comportam divisões em municípios.

B É vedado aos estados incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexar a outros ou formar novos estados.

C Os municípios podem criar distinções entre brasileiros e preferências entre si.

D A criação, incorporação, fusão ou desmembramento de municípios far-se-ão por lei estadual e independem de consulta às populações envolvidas.

E É vedado aos entes que compõem a organização político-administrativa do Brasil recusar fé aos documentos públicos.

Direito Penal

33. José, valendo-se da função de tabelião interino de determinado tabelionato de notas e protestos de títulos, desviou, em proveito próprio, valores por ele recebidos em protestos de títulos, deixando de repassar, no prazo legal, os respectivos valores aos credores, por, pelo menos, sete vezes, em continuidade delitiva. Na situação hipotética apresentada, José cometeu o delito de

A peculato-desvio.

B peculato-furto.

C estelionato.

D apropriação indébita.

E corrupção passiva.

34. A imputabilidade é definida como

A a capacidade mental, inerente ao ser humano, de, ao tempo da ação ou da omissão, entender o caráter ilícito do fato e de determinar-se de acordo com esse entendimento.

B a contrariedade entre o fato típico praticado por alguém e o ordenamento jurídico, capaz de lesionar ou expor a perigo de lesão bens jurídicos penalmente protegidos.

C a reprovabilidade ou o juízo de censura que incide sobre a formação e a exteriorização da vontade do responsável pela conduta criminosa.

D a obediência às formas e aos procedimentos exigidos na criação da lei penal e, principalmente, na elaboração de seu conteúdo normativo.

E a necessidade de que a conduta reprovável se encaixe no modelo descrito na lei penal vigente no momento da ação ou da omissão.

35. Considerando-se a teoria do tipo penal, é correto afirmar que

A o arrependimento posterior exige voluntária reparação do dano até o oferecimento da denúncia.

B responde pelo resultado que agrava especialmente a pena o agente que o houver causado, independentemente de dolo ou culpa.

C a pena do agente que agiu voluntariamente será reduzida, no arrependimento eficaz, de um a dois terços.

D o agente responde pelos atos já praticados, na hipótese de absoluta impropriedade do objeto que impeça a consumação do crime.

E o dever de agir, no crime omissivo, também incumbe a quem não tem obrigação legal, mas, por outro

motivo, assumiu a responsabilidade de evitar o resultado.

36. Está sujeito à lei brasileira o crime

A praticado em embarcação estrangeira na zona econômica exclusiva brasileira.

B praticado em embarcação privada brasileira atracada em país estrangeiro, se o agente tiver sido condenado no referido país.

C contra a honra do presidente da República praticado no exterior.

D praticado em embarcação privada de bandeira brasileira em mar territorial de país estrangeiro signatário do MERCOSUL.

E de genocídio, quando o agente for absolvido no país estrangeiro, mesmo sendo domiciliado no Brasil.

Direito Processual Penal

37. Constitui nulidade de natureza absoluta

A o atraso da autoridade policial ao deixar de proceder à remessa do auto de prisão em flagrante à Defensoria Pública.

B a falta de intervenção do Ministério Público em ação penal privada subsidiária da pública.

C o indeferimento de nova designação de interrogatório, quando o acusado, intimado, deixa de atender ao chamado da justiça.

D a falta de nomeação de curador ao indiciado menor de 21 anos de idade.

E a falta de apresentação de alegações finais pela defesa técnica.

38. De acordo com a Lei n.º 9.296/1996, que versa sobre a interceptação telefônica, a captação ambiental

A só pode ser realizada quando se tratar de matéria de defesa.

B não tem previsão legal, visto que a referida lei só versa sobre interceptação telefônica e telemática.

C só pode ser admitida em juízo se houver autorização judicial, sendo nula qualquer outra hipótese de captação.

D não pode exceder o prazo de quinze dias, renovável por decisão judicial por iguais períodos, caso seja comprovada a indispensabilidade do meio da prova e quando presente atividade permanente, habitual ou continuada.

E pode ser autorizada judicialmente, desde que o crime seja punível com pena privativa de liberdade.

39. Assinale a opção correta a respeito do arquivamento do inquérito policial.

A É possível a reabertura das investigações na hipótese de surgimento de novas provas, caso o inquérito policial tenha sido arquivado por determinação judicial em razão da atipicidade do fato.

B Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o arquivamento de inquérito em virtude da prática de conduta acobertada pelo estrito cumprimento do dever legal obsta seu desarquivamento caso surjam novas provas sobre a excludente de ilicitude.

C O arquivamento de inquérito fundamentado na morte do agente faz coisa julgada material, ainda que se reconheça a falsidade da certidão de óbito apresentada.

D Ocorre arquivamento implícito quando o órgão de acusação, ao oferecer a denúncia, deixa de se manifestar sobre fato ou pessoa objeto da investigação, não se admitindo a propositura de nova ação penal posteriormente.

E O arquivamento determinado por decisão de juiz absolutamente incompetente pode fazer coisa julgada material, a depender do fundamento utilizado, o que impede a instauração de outra apuração sobre o mesmo episódio.

40. Um juiz criminal, ao julgar uma ação penal, entendeu que o réu deveria ser absolvido, motivando sua decisão na comprovação de que o fato criminoso sequer existiu. A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

A Ação cível poderá ser ajuizada, pois não houve decisão específica sobre a inexistência material do ato praticado.

B A suposta vítima poderá ajuizar ação cível, em razão da independência das instâncias, mas as provas do processo penal não poderão ser usadas.

C Ação cível não poderá ser ajuizada, devido ao trânsito em julgado da decisão na esfera penal.

D Ação cível poderá sempre ser ajuizada, independentemente do resultado da esfera penal.

E Ação cível não poderá ser ajuizada, haja vista o réu já ter sido absolvido, o que revolveria um novo julgamento sobre a questão.

Legislação Penal Extravagante

41. No Estatuto do Desarmamento, considera-se crime hediondo

A o porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.

B ter em depósito arma de fogo de uso permitido.

- C o porte ilegal de arma de fogo, em qualquer modalidade.
D o crime de disparo de arma de fogo.
E a posse ilegal de arma de fogo de uso proibido.

42. Conforme a Lei Maria da Penha, é forma de violência doméstica e familiar contra a mulher

I. a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal.

II. a violência psicológica, como constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização ou ameaça.

III. a violência sexual, entendida como participação em relação sexual não desejada, impedimento de usar qualquer método contraceptivo ou forçar o matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação.

IV. a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores, direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.

Estão certos apenas os itens

- A I, II e III.
B II, III e IV.
C I, III e IV.
D I, II e IV.
E I e IV.

43. De acordo com a Lei n.º 12.850/2013, a infiltração de agentes de polícia virtuais em tarefas de investigação na Internet será admitida

- A em todos os crimes punidos com pena de reclusão.
B em todos os crimes punidos com pena privativa de liberdade.
C em todos os crimes previstos na referida lei e em crimes a eles conexos, praticados por organizações criminosas.
D nos crimes hediondos.
E nos crimes praticados com violência ou grave ameaça.

44. Assinale a opção correta em relação ao sujeito ativo dos crimes de tortura, com base na Lei n.º 9.455/1997.

- A Qualquer indivíduo pode ser sujeito ativo dos crimes de tortura, já que todos eles são comuns.
B Todos os crimes de tortura são próprios, por isso só agentes públicos serão considerados sujeitos ativos desses delitos.
C O crime de tortura-prova é próprio, só podendo ser configurado se praticado por funcionário público no exercício do cargo.
D A tortura-omissão é crime comum, razão por que é irrelevante a função pública do agente.
E O crime de tortura-castigo é próprio, devendo o agente exercer guarda, poder ou autoridade sobre a vítima.

Direito Penal Militar

45. Assinale a alternativa correta com relação ao crime militar.

- A A omissão é relevante como causa para o crime militar quando o omitente, apesar de não poder, deveria agir para evitar o resultado.
B Diz-se o crime militar tentado quando, iniciada a sua preparação, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
C Deixam de ser elementos constitutivos do crime militar a qualidade de superior ou a de inferior, a de oficial de dia, de serviço ou de quarto, ou a de sentinela, vigia, ou plantão, quando a ação é praticada em repulsa à agressão.
D Quando, por ineficácia absoluta do meio empregado ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumir-se o crime militar, a pena correspondente ao crime será diminuída de um a dois terços.
E A pena pode ser atenuada ou substituída por outra menos grave quando o agente age em estrita obediência à ordem direta de superior hierárquico, em matéria de serviços.

46. Consideram-se crimes militares, em tempo de guerra:

- A os crimes praticados por militar em situação de atividade ou assemelhado, contra militar na mesma situação ou assemelhado.
B os crimes praticados por militar em situação de atividade ou assemelhado, em lugar sujeito à administração militar, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil.
C os crimes praticados por militar durante o período de manobras ou exercício, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil.

D os crimes praticados por militar em situação de atividade, ou assemelhado, contra o patrimônio sob a administração militar, ou a ordem administrativa militar.
E os crimes definidos na lei penal comum ou especial, embora não previstos no Código Penal Militar, quando praticados em zona de efetivas operações militares ou em território estrangeiro, militarmente ocupado.

47. O livramento condicional

A é revogado se o liberado vem a ser condenado por crime anterior, ainda que o somatório das penas não ultrapasse a metade da pena cumprida.
B pode ser concedido ao condenado menor de vinte e um anos ou maior de setenta anos que tenha cumprido um terço da pena, ainda que reincidente.
C é revogado se o liberado deixa de cumprir qualquer das obrigações constantes da sentença ou vier a sofrer nova condenação penal.
D não pode ser concedido ao condenado em concurso de infrações cujas penas unificadas sejam superiores a quatro anos.
E impõe condição de reparar o dano causado pelo crime ao condenado à pena privativa de liberdade que a ele tenha direito, salvo impossibilidade de fazê-lo.

48. A respeito da pena de morte, assinale a alternativa correta.

A Poderá ser aplicada a qualquer crime militar, quando reputada adequada para a reprovação do crime pelo juiz auditor.
B A pena de morte é executada por enforcamento.
C A pena de morte pela prática de crime militar é considerada pena principal, mas só poderá ser aplicada em caso de guerra declarada.
D A pena de morte prescreve em vinte anos.
E A sentença definitiva de condenação à morte somente será comunicada ao presidente da República quando ela for imposta em zona de operações de guerra, pois ele poderá conceder indulto ou comutar a pena. Nos demais casos, como a pena é executada imediatamente, não há utilidade na notificação do presidente.

Direito Processual Penal Militar

49. No que concerne à polícia judiciária militar e ao inquérito policial militar (IPM), assinale a opção correta.

A Convencida da inexistência de crime, a autoridade policial militar ordenará o arquivamento de IPM desde que ausentes quaisquer diligências sujeitas à

autorização ou à comunicação atividade, cometer infração judicial no caderno de investigação.

B É vedada a participação de advogado nas diligências probatórias da fase policial, salvo nos IPM que versem sobre crimes dolosos contra a vida.

C A instauração de IPM é feita por meio de portaria, exigindo-se da autoridade responsável o grau de bacharel em direito.

D A abertura de sindicância não poderá ser simultânea à instauração de IPM quando os fatos forem os mesmos.

E A sindicância suficientemente instruída poderá substituir o IPM quando da proposição de denúncia pelo Ministério Público.

50. Nos termos do Código de Processo Penal Militar, a citação far-se-á por oficial de justiça

A mediante precatória, quando o acusado estiver servindo ou residindo fora dessa sede, mas no País.

B pelo correio, quando o acusado estiver servindo ou residindo fora dessa sede, mas no País.

C mediante mandado, quando o acusado estiver servindo ou residindo fora dessa sede, mas no País.

D mediante edital, quando o acusado estiver servindo ou residindo na sede do juízo em que se promove a ação penal.

E mediante requisição, quando o acusado estiver servindo ou residindo na sede do juízo em que se promove a ação penal.

51. Conforme o Código de Processo Penal Militar, o processo ordinário inicia-se com o/a

A encaminhamento do auto de prisão em flagrante ao juiz competente.

B regular citação do acusado.

C oferecimento da denúncia.

D recebimento da denúncia.

E instalação do Conselho de Justiça.

52. Em um processo a que responde apenas o Tenente reformado George, a defesa deste requer o indeferimento de uma testemunha arrolada pelo Ministério Público Militar (MPM). Assinale a alternativa correta que indica por quem o requerido deve ser decidido:

A Pelo Juiz-Auditor (ou Juiz-auditor substituto).

B Pelo Presidente do Conselho Permanente de Justiça.

C Pelo Presidente do Conselho Especial de Justiça.

D Pelo voto dos integrantes do Conselho Permanente de Justiça.

E Pelo voto dos integrantes do Conselho Especial de Justiça.

Legislação Institucional

53. Conforme previsto pela Lei Estadual nº 5.251/85, o julgamento dos processos oriundos dos conselhos de disciplina convocados no âmbito da Corporação compete ao

- A Corregedor da Polícia Militar.
- B Comandante Geral da Polícia Militar
- C Governador do Estado.
- D Estado Maior Geral.
- E Presidente da República.

54. Conforme previsão da Lei Estadual nº 6.833/2006, é considerada a punição disciplinar mais branda a

- A advertência.
- B detenção disciplinar.
- C repreensão.
- D reforma administrativa disciplinar.
- E demissão.

55. Conforme previsto pelo Decreto-lei 667/69, o cargo de inspetor-geral das polícias militares será exercido por um

- A marechal da ativa.
- B general de divisão da ativa.
- C general-de-brigada da ativa.
- D general do Exército.
- E general da marinha.

56. Assinale a alternativa incorreta a respeito das possibilidades de promoções, conforme prevê o Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Pará:

- A por indicação política
- B pelo critério de antiguidade
- C pelo critério de merecimento
- D por bravura
- E “post mortem”

Direitos Humanos

57. É um conjunto de pessoas com características especiais, em decorrência das quais podem tornar-se mais suscetíveis à violação de direitos. Ex: mulheres, crianças e adolescentes, idosos, homossexuais, pessoas com deficiência física ou sofrimento mental. Tal enunciado refere-se a

- A sociedades anônimas.
- B grupos vulneráveis.
- C excluídos.
- D minorias.
- E conglomerados.

58. Em referência aos Direitos Humanos na Constituição Brasileira, marque a alternativa ERRADA:

- A Foram consolidados pela primeira vez na Constituição de 1988.
- B A Constituição de 1988 admite direitos fundamentais implícitos, assim como as anteriores.
- C No artigo 5º da Constituição Federal de 1988 há direitos humanos materiais como, o direito a vida e formais como, o direito a certidões.
- D O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 é considerado clausula pética
- E Na Constituição Federal de 1988 estão consolidados a maioria dos direitos assegurados aos cidadãos.

59. Em face da Constituição Federal é possível afirmar que os tratados internacionais

- A têm hierarquia de lei ordinária, independentemente da matéria.
- B sobre direitos humanos têm um tratamento especial.
- C sobre direitos humanos ingressam de forma direta e imediata no ordenamento jurídico interno.
- D serão equivalentes as normas constitucionais.
- E têm hierarquia supralgal.

60. A respeito dos marcos históricos, fundamentos e princípios dos direitos humanos, assinale a opção correta.

- A Segundo a doutrina contemporânea, direitos humanos e direitos fundamentais são indistinguíveis; por isso, ambas as terminologias são intercambiáveis no ordenamento jurídico.
- B Os direitos humanos estão dispostos em um rol taxativo, que foi internalizado pelo ordenamento jurídico brasileiro com a promulgação da Constituição Federal de 1988.
- C No Brasil, os direitos políticos são considerados direitos humanos e seu exercício pelos cidadãos se esgota no direito de votar e de ser votado.
- D A dignidade da pessoa humana, princípio basilar da Constituição Federal de 1988, é fundamento dos direitos humanos.
- E Em razão do princípio da imutabilidade, os direitos humanos reconhecidos na Revolução Francesa permanecem os mesmos ainda na atualidade.

PROVA DISCURSIVA

- A prova deverá ser feita com caneta esferográfica fabricada em material transparente, de tinta preta, com grafia legível, a fim de não prejudicar o seu desempenho quando da correção pela Banca Examinadora, não sendo permitida a interferência e a participação de terceiros;
- A redação deverá ser desenvolvida em, no máximo, **30 (trinta)** linhas;
- A Prova Discursiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 30 (trinta) pontos;
- A fuga completa ao tema proposto é motivo suficiente para que a redação não seja corrigida em qualquer outro de seus aspectos, recebendo nota 0 (zero).

Leia, com atenção, o texto a seguir:

A Polícia Civil prendeu nesta segunda-feira (19), em Formoso do Araguaia, quatro pessoas suspeitas de integrar facções criminosas e praticar homicídios e tráfico de drogas na cidade. Foram três prisões em flagrante, além do cumprimento de um mandado de prisão e cinco de busca e apreensão. Segundo a corporação, os crimes ocorrem desde agosto deste ano.

Os presos ouvidos na delegacia serão levados para unidade prisional, onde ficarão à disposição do Poder Judiciário. A delegada Thuanny Rúbia explicou que os crimes estavam assustando a população de Formoso do Araguaia. “Esses homicídios que aterrorizaram os moradores da cidade são uma prática comum entre facções que brigam por território. Com as prisões de hoje, conseguimos devolver aos moradores a sensação de segurança e tiramos de circulação esses criminosos que agora vão responder pelos seus crimes”, relatou a delegada. A operação foi realizada pela 84ª Delegacia de Polícia de Formoso do Araguaia com o apoio da 8ª Divisão Especializada de Repressão ao Crime Organizado de Gurupi e da 7ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Gurupi.

Além dos alvos da operação, um revólver calibre 38 foi apreendido em uma casa que não tinha ligação com os outros crimes. “Esse caso específico não tem ligação com os homicídios e nem com briga de facções. Recebemos uma denúncia de uma pessoa que estaria sendo ameaçada por outra, e na data de hoje realizamos a apreensão da arma que estaria sendo usada para tal ato criminoso”, explicou a delegada. [...]

Polícia Civil prende quatro pessoas suspeitas de homicídios e tráfico em Formoso do Araguaia. Disponível em: <https://www.g1.globo.com>

Considerando que o fragmento de texto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema: **Tráfico de drogas e violência urbana.**

Rascunho

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Texto Definitivo

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Gabarito Rascunho

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

Gabarito

Simulado Amostra – Polícia Militar do Pará

NÍVEL SUPERIOR

Oficial PM																			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
E	C	D	B	E	C	C	D	E	C	B	A	B	C	C	D	A	C	C	E
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	D	C	D	C	B	A	D	E	B	D	E	A	A	E	E	E	D	E	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
E	A	C	E	C	E	E	C	E	A	D	E	B	C	C	A	B	A	B	D

Modelo de Redação

É de amplo conhecimento que desde os tempos mais remotos os seres vivos procuram formas de fugir da realidade que os cercam. A droga é um dos caminhos mais comuns para essa necessidade, seja ela lícita ou não. Suas consequências podem ser devastadoras não somente para quem as consome, mas para a sociedade em geral. Nesse sentido, é necessária uma análise mais esclarecedora sobre este hábito nocivo, porém já enraizado, e criar soluções para combatê-lo.

Primeiramente, cabe estabelecer que o mal causado pelas drogas não se restringe a um lugar ou a uma época, é de suma importância investigar os motivos pelos quais esse costume se sustenta. A partir do momento que o ser humano passou a viver em sociedade, diversos problemas surgiram, doenças como ansiedade e depressão, por exemplo, são um dos principais fatores pela busca do prazer momentâneo oferecido pelos entorpecentes.

Independentemente das opiniões sobre o tema, é incontestável que o tráfico de drogas é, hoje, um negócio altamente lucrativo. Devido sua facilidade de compra, muitas pessoas tornam-se usuárias, trazendo para si e para toda a sociedade inúmeros malefícios. A segregação no espaço urbano é uma grave consequência desse uso, com ela a violência cresce, aumentando também o índice de furtos e crimes contra a vida na região afetada.

Dessa forma fica cristalino que o problema em voga é mais complexo do que aparenta. É necessário um esforço conjunto para diminuir este grande problema. Cabe a Organização Mundial da Saúde atuar junto ao governo criando melhores programas de reabilitação para os usuários, além do papel imprescindível da escola e família quanto a prevenção do uso. Por fim, cabe aos veículos midiáticos reforçar o quão nocivo é o consumo de tais substâncias e suas consequências para a sociedade. Solucionar a questão das drogas é um processo longo, mas é necessário seu primeiro grande passo.